



Sónia A. Henriques

## SUPERVISÃO

# Rapidez e eficácia é o que se pede da Concorrência

## O que se espera para o novo ciclo da Autoridade da Concorrência

ALEXANDRA MACHADO amachado@negocios.pt

"Inicia-se hoje [16 de Setembro] um novo ciclo na vida da Autoridade da Concorrência. Um ciclo de confiança!". As palavras foram de António Ferreira Gomes, o novo presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), ao tomar posse. É isso que os advogados especializados em Direito da Concorrência esperam. Um novo ciclo de eficácia e rapidez.

"Recolocar a AdC no mapa deveria ser a primeira prioridade", diz Ricardo Oliveira, sócio da PLMJ, para quem a AdC perdeu, nos últimos anos, "acutância e visibilidade". Fala-se em colocar no mapa em especial a investigação e condenação de práticas anticoncorrenciais. É aqui que se pede um novo ciclo, para que sejam utilizados com "firmeza e sensatez os vastos poderes de investigação que a nova Lei da Concorrência coloca nas mãos da AdC, para garantir a estrutura concorrencial dos mercados, no respeito pelas regras do processo justo e equitativo, que salvaguardam os direitos de defesa das empresas cujos comportamentos são objecto de investigação", comenta ao **Negócios** Carlos Botelho Moniz, da MLGTS. "Eficiência e rapidez" nas investigações é também o pedido de João Teixeira Matos, da Garrigues, acrescentando a necessidade de haver "pleno respeito dos direitos de defesa". E é da mesma rapidez e eficácia que fala Ricardo Bordalo Junqueiro, da Cuatrecasas.

**Assegurar direito dos visados**

Gonçalo Anastácio, da SRS legal, vai mais longe e sugere "a criação na Autoridade de uma figura que é obrigatória nos processos de infração da Comissão Europeia, onde o chamado auditor controla a entidade administrativa e assegura os direitos dos visados no processo".

Foi o que Ferreira Gomes, no discurso da tomada de posse, prometeu:

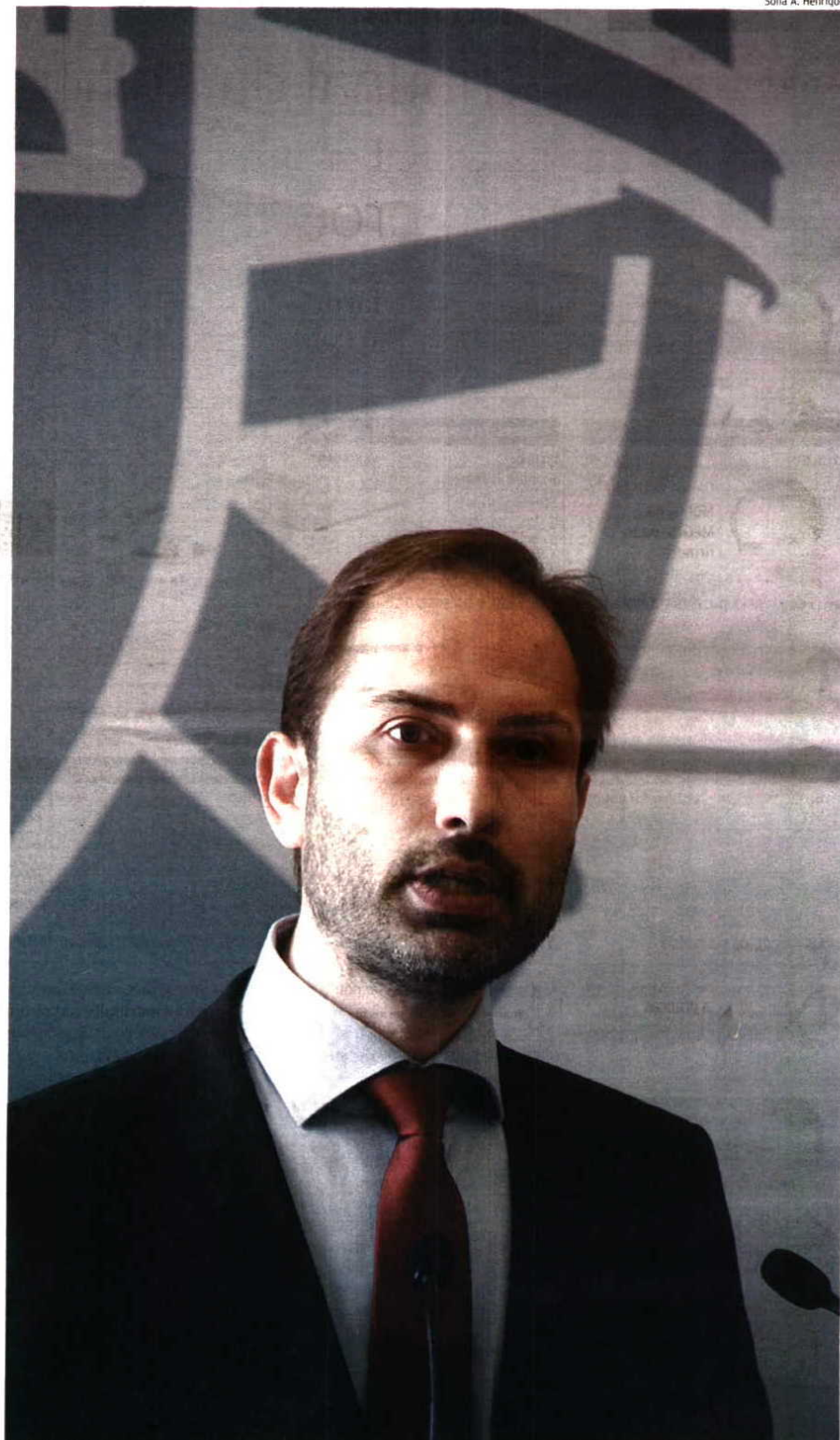
### Confiança na condução de processos e na qualidade das suas decisões.

**ANTÓNIO FERREIRA GOMES**  
Promessa do presidente da AdC

"confiança no exercício dos seus poderes sancionatórios e no uso dos seus poderes de investigação, com respeito pelos direitos de defesa e pela equidade processual". O ministro da Economia, Pires de Lima, deixou a missão para a AdC: concentrar-se nos poderes sancionatórios, na detecção e correcção das práticas mais graves - cartéis e abusos de posição dominante.

Nuno Ruiz, da VdA, que também fala da necessidade de melhorar a "eficácia dos serviços", acredita que os cartéis devem ser a prioridade. "A AdC tem apostado demasiado nos abusos em sectores regulados e, regra geral, com fracos resultados e duvidosa legitimidade". Também Joaquim Caimoto Duarte, da Uria, acredita que "o novo conselho colocará como prioridade o combate aos cartéis, uma vez que em termos económicos são entendidos como a conduta mais prejudicial da concorrência" e, por isso, espera ver na detecção e perseguição a estas condutas "uma acção determinada e peremptória".

A par da eficácia e rapidez, junta-se o pedido de Botelho Moniz para que haja "um comportamento processualmente impecável". Pede-se ainda maior transparência e coordenação entre direcções. Já agora, lembram, Ferreira Gomes tem de nomear o sucessor. É que desde que saiu de director do departamento das concentrações, o cargo ficou interino.



## Expectativa alta em torno de Ferreira Gomes

O novo presidente da Autoridade da Concorrência iniciou funções segunda-feira, 16 de Setembro. Ferreira Gomes já esteve na Autoridade e foi uma escolha elogiada, já que conhece a casa e mereceu boa nota quando dirigiu o departamento de concentrações. Carlos Botelho Moniz, da MLGTS, fala mesmo na sua "competência técnica, rigor e isenção" para dizer ser "a pessoa certa no lugar certo".



## VISÃO DOS ADVOGADOS



Nuno Ruiz, da Vieira de Almeida, fala na importância de melhorar a eficácia da Autoridade.



Carlos Botelho Moniz, da MLGTS, pede firmeza e sensatez no uso dos poderes da AdC.



Para Ricardo Oliveira, da PLMJ, a prioridade deve ser recolocar a AdC no mapa.



Teixeira Matos, da Garrigues, pede eficiência e rapidez na investigação a práticas restritivas.



Para Gonçalo Anastácio, da SRS Legal, a AdC precisa de "muito mais" transparência.



Ricardo Bordalo Junqueiro, da Cuatrecasas, fala na melhoria de eficácia da acção da AdC.



Joaquim Caimoto Duarte, da Uria, acredita que combate aos cartéis será prioritário.



Rapidez e eficácia é o que se pede da Autoridade da Concorrência Lex 26 e 27